

REGULAMENTO DA COMISSÃO PRÓPRIA DE AVALIAÇÃO (CPA)

O Diretor Geral da ESCOLA SUPERIOR DO COOPERATIVISMO – ESCOOP - no uso de suas atribuições legais resolve regulamentar a CPA – Comissão Própria de Avaliação, nos termos que seguem:

CAPÍTULO I DA CONSTITUIÇÃO

Art. 1º. Compete à Comissão Própria de Avaliação - CPA, conforme disposto na Lei Nº 10.861, de 14 de abril de 2004 e disposições emanadas da Comissão Nacional de Avaliação da Educação Superior – CONAES, a coordenação do processo de autoavaliação institucional.

Parágrafo único: A Comissão Própria de Avaliação terá atuação autônoma em relação aos órgãos colegiados da Faculdade, conforme prescreve o Artigo 11 da Lei nº 10.861 de 14 de abril de 2004 no seu Inciso II.

Art. 2º. A CPA será nomeada pelo Diretor, com um mínimo de cinco membros.

§ 1º Será assegurada a participação de todos os segmentos da comunidade acadêmica e da sociedade civil organizada, vedada a composição que privilegie a maioria absoluta de um dos segmentos.

§ 2º A representatividade da CPA abrangerá, preferencialmente, os seguintes segmentos da comunidade acadêmica e da sociedade civil:

- I – Representantes do corpo docente;
- II – Representantes do corpo discente;
- III – Representantes dos egressos da Instituição;
- IV – Representantes dos técnicos-administrativos;
- V – Representantes da sociedade civil organizada.

§ 3º A forma de escolha dos representantes observará critérios de legitimidade e ampla participação, podendo ocorrer por meio de eleição, indicação ou convite, conforme as possibilidades e práticas institucionais.

§ 4º O mandato dos representantes, será de 3 (três) anos, podendo haver recondução.

§ 5º O número de membros representantes poderá ser acrescido, mediante ato do Diretor, respeitado o equilíbrio entre os segmentos previsto neste Regulamento.

§ 6º Quando a escolha se der por eleição, esta será precedida de edital específico, publicado nos meios oficiais da ESCOOP com antecedência mínima de vinte dias, sob responsabilidade da CPA.

§ 7º Na ausência de candidatos por determinado segmento, a CPA poderá convidar representantes desse segmento, indicados por qualquer de seus membros, observadas as disposições deste Regulamento.

§ 8º Os representantes da sociedade civil organizada e dos egressos poderão ser convidados pela CPA, mediante indicação fundamentada de seus membros.

§ 9º O coordenador da CPA será indicado pelo Diretor da ESCOOP, entre os membros representantes dos segmentos docentes ou técnico-administrativo

§ 10º A indicação referida no parágrafo anterior será submetida à validação dos demais membros da CPA, mediante decisão por maioria simples.

CAPÍTULO II

DAS COMPETÊNCIAS

Art. 3º. Compete à CPA a elaboração, implantação e implementação do projeto de autoavaliação institucional de acordo com as diretrizes e exigências dos órgãos externos de regulação do ensino superior e de acordo com o Regimento Interno da Faculdade, a partir das seguintes ações:

- I. Elaborar o projeto de avaliação institucional atendendo aos atos normativos internos e externos aos objetivos e metas institucionais, às finalidades e à missão institucionais;
- II. Implantar o projeto aprovado;
- III. Realizar, de acordo com os critérios e metodologias implicadas no projeto de avaliação institucional, as pesquisas determinadas para a implementação da autoavaliação;
- IV. Atender aos prazos estipulados no projeto, reunindo-se no mínimo três vezes ao ano para a realização das ações necessárias para o desenvolvimento da autoavaliação institucional;
- V. Articular-se com os diversos órgãos e setores institucionais para a realização da autoavaliação institucional;
- VI. Coordenar e aperfeiçoar o processo de avaliação interna da IES para atendimento dos requisitos e avaliações externas;
- VII. Assessorar a Secretaria de Avaliação Institucional nas avaliações solicitadas pelos órgãos governamentais;
- VIII. Gerenciar e manter de forma sistematizada os indicadores, as informações e o banco de dados relativos à autoavaliação, disponibilizando sempre que solicitado aos órgãos e setores institucionais;

- IX. Realizar os relatórios parciais e finais com diligência e nos prazos fixados no projeto de autoavaliação;
- X. Apresentar à Direção Geral, órgãos colegiados e demais gestores, de forma sistematizada, as análises qualitativas e quantitativas sobre o desempenho da Instituição;
- XI. Avaliar o cumprimento dos objetivos e metas da CPA ao término de cada ciclo avaliativo e propor medidas de aperfeiçoamento;
- XII. Exercer as demais atribuições inerentes à natureza de sua competência;
- XIII. Atualizar e aprovar mudanças no presente regulamento.

Art. 4º. Compete ao Coordenador da CPA:

- I. Coordenar as ações da Comissão;
- II. Convocar as reuniões da CPA;
- III. Manter, sistematizar e guardar com segurança as informações da autoavaliação institucional;
- IV. Elaborar, conjuntamente com os demais membros da CPA, os relatórios parciais e finais da autoavaliação institucional;
- V. Apresentar de acordo com o ciclo avaliativo previsto no projeto de autoavaliação institucional os relatórios parciais e finais para a Direção Geral;
- VI. Atender às exigências legais, informando aos órgãos externos, nos prazos requeridos, os dados e relatórios pertinentes.
- VII. Exercer as demais atribuições inerentes à natureza de sua competência.

CAPÍTULO III

DOS PRINCÍPIOS DA AUTOAVALIAÇÃO INSTITUCIONAL

Art. 5º. Para a realização da autoavaliação institucional a CPA observará aos seguintes princípios:

- I. Progressividade: ampliação e aperfeiçoamento gradual dos instrumentos de avaliação;
- II. Institucionalidade: inclusão de todos os elementos que compõem a vida acadêmica;
- III. Flexibilidade: adaptação para atendimento da permanente transformação da Instituição, contemplando e respeitando as especificidades de cada curso ou atividade;
- IV. Credibilidade: legitimação política (envolvimento dos discentes, docentes, pessoal técnico-administrativo e sociedade civil, nos procedimentos de implantação e na utilização dos resultados) e legitimação técnica (utilização de metodologia adequada à absorção das informações pela comunidade universitária);
- V. Não premiação ou punição: ter caráter construtivo e pedagógico, estimulando a autocrítica, o planejamento e a qualificação institucional;
- VI. Transparência: divulgação e abertura do processo avaliativo;

- VII. Permanência: ser continuada para permitir a comparabilidade das informações colhidas.

CAPÍTULO IV DAS ATIVIDADES

Art. 6º. As atividades da Comissão Própria de Avaliação terão como finalidade o atendimento do Projeto de Avaliação Institucional, nos prazos e diretrizes determinados.

§ 1º Os membros da CPA que mantém vínculo empregatício com a Faculdade, realizarão suas atividades dentro da carga horária prevista no seu contrato de trabalho.

§ 2º Em caso de cessação do vínculo empregatício, cessará também o mandato para representação na CPA, sendo substituído na Comissão por outro da mesma categoria funcional.

§ 3º As reuniões da CPA serão determinadas em comum acordo entre os membros, dando-se conhecimento destas à Secretaria Acadêmica.

Art. 7º. As deliberações da Comissão Própria de Avaliação serão tomadas por maioria simples de votos dos presentes, não havendo o voto de qualidade de seu Coordenador.

Art. 8º. De todas as reuniões será lavrada a competente ata que será assinada pelos integrantes da CPA.

Art. 9º. O comparecimento dos membros da Comissão Própria de Avaliação às sessões, salvo motivo justificado, é obrigatório e tem precedência sobre qualquer outra atividade.

§ 1º O membro que não se fizer representar em 03 (três) reuniões anuais será substituído por outro da mesma categoria funcional.

§ 2º Não serão justificadas as faltas do representante discente que tenha participado, em horário coincidente com atividades acadêmicas, de reuniões da Comissão Própria de Avaliação.

CAPÍTULO V DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 10 Os casos omissos neste Regulamento serão resolvidos pela própria CPA.

Art. 11 Este Regulamento entra em vigor após sua aprovação, salvo disposições em contrário.

José Maximo Daronco
Diretor Geral da ESCOOP